

RELATORIA DO EIXO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

GRUPO I – Marco Teórico

A EJA é uma modalidade de Educação básica voltada para inclusão de pessoas em contexto social, econômico, cultural e geracional diferenciado. Nesta perspectiva, ela precisa estar relacionada à educação popular, visando a emancipação dos sujeitos.

Tem como princípio ser uma educação pública, de qualidade, construída coletivamente a partir de uma dimensão crítica para o exercício da cidadania plena daqueles que historicamente foram excluídos dos processos formais de educação.

Como direito de todos e dever do Estado, a EJA deve garantir a elevação da escolarização e inclusão no mundo do Trabalho, possibilitando a integração entre o saber, o pensar e o fazer.

Desta forma, sua identidade é definida pelos sujeitos que dela fazem parte e, não pelo tempo organizacional da oferta de ensino. Assim, como no processo de aprendizagem é necessário considerar a dimensão do tempo e do conhecimento dos sujeitos e não o tempo estabelecido pelas instituições escolares. Isso demanda considerar os saberes socialmente e historicamente construídos pelos educandos, suas aspirações, objetivos de vida, limitações e possibilidades na construção de suas propostas curriculares e metodológicas.

Partindo desses princípios a ação pedagógica da EJA deve ser diferenciada das práticas desenvolvidas nos outros níveis e modalidades de ensino, e organizada a partir de uma concepção crítica que respeite a faixa etária de seus sujeitos, não os infantilizando. Isso significa que ela precisa se articular com os movimentos sociais de modo a garantir o encontro entre os saberes populares e os historicamente sistematizados.

Para isso, os profissionais da EJA precisam de formação específica e continuada a fim de articular as práticas pedagógicas, os saberes e as pesquisas no campo da EJA.

RECOMENDAÇÕES

- Programas como o Pró Jovem devem criar mecanismos para não permitir a migração dos educandos da EJA;
- Implantação de políticas públicas direcionadas para a EJA a fim de evitar a descontinuidade e a pulverização dos programas para EJA;
- A sociedade civil organizada deve ajudar a fortalecer os movimentos populares na luta contra o analfabetismo, garantindo o acesso à educação e o uso da riqueza socialmente produzida aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizados do mundo;
- Criar estímulos (metodologias, projetos alternativos etc.) para combater a evasão nas salas de aula da EJA;
- Fortalecer a escolarização básica a fim de garantir que num futuro próximo, a EJA seja educação ao longo da vida e não somente uma modalidade da educação básica;

- Realizar diagnósticos geográfico, sócio-cultural educativo, a fim de mapear onde estão os jovens e adultos que não concluíram a educação básica e levantar demandas reais;
- Garantir a relação entre os movimentos populares e a EJA a fim de assegurar o real empoderamento das classes populares;
- Garantir, na escola, o reconhecimento da diferença do tempo cronológico e do tempo de conhecimento do sujeito da EJA;
- Reorientar o currículo da EJA de modo a contemplar as necessidades do contexto sócio-antropológico dos educandos, numa perspectiva interdisciplinar, garantindo a sua formação integral;
- Criação de espaços de discussões para os educandos da EJA (fóruns, seminários e debates);
- Criação de espaços dignos para o atendimento aos educandos da EJA;
- A formação continuada do alfabetizador deve garantir a efetividade da alfabetização;
- A escola precisa estar preparada para atender a escolarização básica. Ela precisa estar adequada às especificidades dos sujeitos da EJA, e assim, como oferecer todos os recursos humanos e materiais necessários;
- Ampliar o número de escolas para facilitar o acesso de jovens e adultos fundamentalmente nas periferias da cidade e na Zona Rural dos municípios, e em caso emergencial, credenciar espaços não escolares para a formação de turmas de EJA nas comunidades onde as escolas públicas não atendam a demanda;
- Cumprimento do disposto no capítulo sobre educação da Constituição Federal onde a educação é colocada como prioridade e caminho para o exercício da cidadania plena;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Investir em estrutura didática e tecnológica para o ensino da EJA;
- Humanizar as relações interpessoais entre educadores e educandos;
- Fortalecer os fóruns da EJA e criação nos fóruns de um espaço de discussão destinado aos trabalhadores da educação que atuam em presídios;
- Fortalecer a educação da EJA do campo, levando em conta as especificidades dos sujeitos que compõem este tipo de educação;

- Incluir, nos cursos de graduação em Pedagogia e demais licenciaturas, os conhecimentos e metodologias específicos de EJA;
- Formação específica para os professores que ingressam na EJA;
- Flexibilização do calendário escolar, respeitando a diversidade, a sazonalidade e as especificidades de cada realidade;
- Associar a educação geral à educação profissional;
- Considerar o documento preparatório à VI CONFINTEA como referencial da EJA no Brasil, uma vez que foi elaborado a partir de uma ampla mobilização dos fóruns de EJA;
- Garantir inclusão nos espaços escolares de metodologias voltadas para a inclusão das pessoas jovens e adultas com necessidades especiais;
- Eleição direta e democrática para os gestores de EJA;
- Elaboração e/ou aquisição de materiais didáticos e paradidáticos para atender aos sujeitos da EJA;
- Promover políticas intersetoriais de modo a atender os sujeitos da EJA na sua totalidade;
- Promover concurso público específico para a EJA;
- Promover diálogos permanentes e troca de experiências entre América Latina, Caribe e África;
- Garantir a valorização dos profissionais que atuam na EJA inclusive no que se refere a elevação salarial;
- Re-significar o ensino regular noturno, como modalidade da EJA, considerando que os sujeitos que dele participam são jovens e adultos
- Qualificar a estrutura física e equipar as escolas para possibilitar ações pedagógicas condizentes com o contexto social e atual desses sujeitos, que propicie o gosto pelo espaço escolar e por novas vivências e experiências;
- Garantir o direito à merenda escolar de qualidade para os alunos da EJA, bem como material didático, biblioteca, computadores, etc... ;
- Garantir a flexibilização de horários de trabalho aos estudantes da EJA, por meio de parcerias com sindicatos de trabalhadores, a fim de permitir sua frequência nessa modalidade de ensino;

- Ampliação do PROEJA para as esferas Estaduais e Municipais como política pública para formação do trabalhador;
- Fortalecer o departamento da EJA nos Municípios;
- Apoio financeiro a projetos que surgem das Universidades ou de grupos de estudantes ou de professores, que se propõem a trabalharem com EJA;